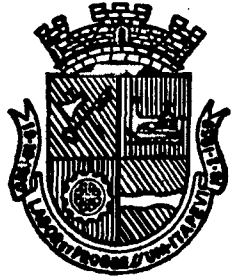


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 057/94

PROJETO Nº 054/94

de Lei complementar

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi.

ASSUNTO

Eleva à Categoria de público o serviço

funerário executado no território do '

Município, instituindo o Serviço Funerário

do Município de Itapevi - SERFI, e

dá providências correlatas."

Lei compl. 02 de 30/11/94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

A COMISSÃO DE n.º 03
2
n.º 03
22 / 11 / 94

Sala das sessões
Presidente

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 22 / 11 / 1994
Presidente

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 22 / 11 / 1994
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 054/94

Eleva à categoria de público o serviço funerário executado no território do Município, instituindo o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, e das providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevado à categoria de público, em regime de administração direta, o serviço funerário executado no território do Município de Itapevi.

Art. 2º Fica instituído o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, órgão subordinado à Secretaria de Promoção Social do Município, que atuará na prestação de serviços funerários essenciais e complementares, na forma do disposto nesta Lei e em conformidade com as normas de saúde pública, bem como de autópsia, exumação e sepultamento estabelecidas pela legislação estadual e federal em vigor.

Art. 3º O SERFI responsabilizar-se-á, de forma obrigatória, vedada a atividade privada, por todos os serviços funerários essenciais realizados no território do Município, assim considerados:

- I - Administração de velórios e cemitérios;
- II - Transporte de cadáveres;
- III - Confecção e venda de caixões e urnas funerárias;
- IV - O preparo e o acondicionamento do cadáver no caixão ou urna funerária.

RECEBEMOS

22 / 11 / 94

SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º O SERFI realizará, por solicitação do responsável, permitida a atividade privada ou realização pelo interessado, os serviços funerários complementares, considerados a seguir:

I - A ornamentação do caixão ou urna funerária, do local do velório e do enterro;

II - Demais serviços atinentes, desde que não sejam considerados essenciais.

Art. 5º A remuneração dos serviços funerários essenciais será fixada e majorada por Decreto do Executivo, em conformidade com os custos verificados, e a remuneração dos serviços funerários complementares será efetivada em conformidade com os preços praticados no mercado.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer gratuitamente, correndo as despesas por conta do Município, os serviços funerários considerados essenciais, ao interessado que comprove:

I - Vínculo de parentesco, por consanguinidade/afinidade, ou, ainda, responsabilidade legal, com a pessoa falecida;

II - Renda familiar mensal igual ou inferior a cinco (05) salários mínimos, para tanto considerada a somatória das rendas auferidas pelas pessoas que habitam a residência do interessado, independentemente de vínculo de parentesco.

Parágrafo Único - O SERFI realizará os serviços funerários essenciais ao falecido indigente, correndo as despesas por conta do Município.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com o I.N.S.S., ou órgão equivalente, para reembolso ou repasse de valor, ainda que em parte, relativo a despesas funerárias essenciais e complementares realizadas com pessoa segurada pela Previdência Social, nos termos da lei vigente.

Parágrafo Único O interessado que receber do Município isenção da tarifa de serviços funerários perderá em favor deste o direito ao reembolso que lhe for devido pela Previdência Social, se for o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 8º O Poder Executivo expedirá Decreto para regulamentar a execução das normas estabelecidas pela presente Lei Complementar.

Art. 9º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 10 A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 21 de novembro de 1994

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 033/94

Itapevi, 21 de novembro de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio deste, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Casa, o incluso Projeto de Lei Complementar, que eleva à categoria de público o serviço funerário executado no território do Município, instituindo o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, e dá providências correlatas.

A propositura visa, primordialmente, assegurar o cumprimento do disposto no art. 3º das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município, a seguir transcrito:

"Art. 3º - No prazo de 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Lei Orgânica, a administração fará cessar as atividades que, a qualquer título, estiverem sendo exercitadas por empresas funerárias particulares."

Ocorre que a Lei Orgânica do Município não viabilizou, na determinação inserida, por si, a execução dos serviços funerários pelo Município, desde que deixou de efetivar sua elevação à categoria de serviço público, motivo que enseja a edição de Lei Complementar.

Optamos pela execução direta dos serviços em atendimento ao texto legal inserido na Lei Orgânica e ao real interesse da população itapeviense, visto que a Secretaria de Promoção Social possui condições para desenvolver, de forma confiável, todas as etapas necessárias à prestação esperada.

Conforme se observa no teor da propositura, os serviços funerários foram divididos em essenciais e complementares, e isto porque os serviços complementares não podem ser considerados serviços públicos, justamente pela ausência da condição de "essencial", característica básica dos serviços considerados públicos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

O Poder Público somente pode tarifar serviços públicos essenciais. Assim sendo, em Itapevi os serviços funerários considerados essenciais terão valor remuneratório estabelecidos por Decreto, com base no preço de custo dos materiais e mão-de-obra utilizados, o que impedirá a comercialização que visa tão somente o lucro.

Embora não seja possível tarifar os serviços complementares, o Serviço Funerário Municipal deverá fornecê-los a preços menores que o mercado, de forma a possibilitar maior comodidade à população.

Impende esclarecer que o projeto define, para execução de serviço funerário gratuito, renda familiar de até cinco (05) salários mínimos, sendo que o art. 5º das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município estabeleceu, para tanto, renda familiar de até dois (02) salários mínimos.

O maior valor considerado se deve ao reconhecimento da defasagem monetária imprimida ao salário mínimo por conta da inflação verificada no País nos últimos anos. Ou seja, o que era possível realizar em 1990 com dois (02) salários mínimos, hoje somente se realiza com cinco (05).

Há que se compreender, também, que ninguém está prevenido para a ocorrência do evento morte. Hoje, infelizmente, as pessoas sequer podem se preparar monetariamente para a doença, quanto mais para o falecimento.

O projeto permite, ainda, ao Município, firmar convênio ou contrato com o INSS, ou órgão equivalente, para repasse ou reembolso, à Prefeitura, de quantia eventualmente devida por este a pessoa segurada pela Previdência Social na ocorrência do sinistro.

O valor de tal reembolso, segundo informações colhidas junto ao INSS, é de até R\$ 58,00, paga ao segurado em atividade há mais de um ano ou aposentado que receba até dois (02) salários mínimos, ou ainda ao executor do funeral, e de fato não dará cobertura total às despesas realizadas pelo Município, de valor muito superior.

Necessário, porém, que tal convênio seja firmado, visto que a quantia reposta, ainda que mínima, será bem utilizada em benefício da população do Município de Itapevi.

Considerando a necessidade de darmos imediato início ao projeto, principalmente em atendimento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

às famílias de menor poder aquisitivo, dou à matéria o caráter de urgência, solicitando seja a apreciação efetuada nos termos do disposto no art. 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD.Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº

054/94 - DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal nada a objetar.

Quanto ao mérito a propositura é louvável e merece a ser aprovada é o parecer.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1.994

Comissão nº 01


Hermogenez José Sant'Anna


João Ferreira do Monte


Maria Ruth Banholzer


Lafaiete Rodrigues


Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02


Rerte Casagrande


Sergio Montanheiro


Geone Xavier Pereira


Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº

054/94 - DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal nada a objetar.

Quanto ao mérito a propositura é louvável e merece a ser aprovada é o parecer.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1.994

Comissão nº 01


Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte


Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues


Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02


Laerte Casagrande


Sergio Montanheiro


Geone Xavier Pereira


Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O Nº 047/94

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 054/94 - DO EXECUTIVO

A CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

Eleva à categoria de público o serviço funerário executado no território do Município, instituindo o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, e dá providências correlatas)

Art. 1º Fica elevado à categoria de público, em regime de administração direta, o serviço funerário executado no território do Município de Itapevi.

Art. 2º Fica instituído o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, órgão subordinado à Secretaria de Promoção Social do Município, que atuará na prestação de serviços funerários essenciais e complementares, na forma do disposto nesta Lei e em conformidade com as normas de saúde pública, bem como de autópsia, exumação e sepultamento estabelecidas pela legislação estadual e federal em vigor.

Art. 3º O SERFI responsabilizar-se-á, de forma obrigatória, vedada a atividade privada, por todos os serviços funerários essenciais realizados no território do Município, assim considerados:

- I - Administração de velórios e cemitérios;
- II - Transporte de cadáveres;
- III - Confecção e venda de caixões e urnas funerárias;
- IV - O preparo e o acondicionamento do cadáver no caixão ou urna funerária.

Art. 4º O SERFI realizará, por solicitação do responsável, permitida a atividade privada ou realização pelo interessado, os serviços funerários complementares, considerados a seguir:

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

I - A ornamentação do caixão ou urna funerária, do local do velório e do enterro;

II - Demais serviços atinentes, desde que não sejam considerados essenciais.

Art. 5º A remuneração dos serviços funerários essenciais será fixada e majorada por Decreto do Executivo, em conformidade com os custos verificados, e a remuneração dos serviços funerários complementares será efetivada em conformidade com os preços praticados no mercado.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer gratuitamente, correndo as despesas por conta do Município, os serviços funerários considerados essenciais, ao interessado que comprove:

I - Vínculo de parentesco, por consanguinidade/afinidade, ou, ainda, responsabilidade legal, com a pessoa falecida;

II - Renda familiar mensal igual ou inferior a cinco (05) salários mínimos, para tanto considerada a somatória das rendas auferidas pelas pessoas que habitam a residência do interessado, independentemente de vínculo de parentesco.

Parágrafo Único - O SERFI realizará os serviços funerários essenciais ao falecido indigente, correndo as despesas por conta do Município.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com o I.N.S.S., ou órgão equivalente, para reembolso ou repasse de valor, ainda que em parte, relativo a despesas funerárias essenciais e complementares realizadas com pessoa segurada pela Previdência Social, nos termos da lei vigente.

Parágrafo Único O interessado que receber do Município isenção da tarifa de serviços funerários perderá em favor deste o direito ao reembolso que lhe for devido pela Previdência Social, se for o caso.

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 8º O Poder Executivo expedirá Decreto para regulamentar a execução das normas estabelecidas pela presente Lei Complementar.

Art. 9º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 10 A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapevi, 23 de novembro de 1.994.

VALTER FRANCISCO ANTONIO
Presidente


NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA
1ª Secretária

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1994

Eleva à categoria de público o serviço funerário executado no território do Município, instituindo o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, e dá providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevado à categoria de público, em regime de administração direta, o serviço funerário executado no território do Município de Itapevi.

Art. 2º Fica instituído o Serviço Funerário do Município de Itapevi - SERFI, órgão subordinado à Secretaria de Promoção Social do Município, que atuará na prestação de serviços funerários essenciais e complementares, na forma do disposto nesta Lei e em conformidade com as normas de saúde pública, bem como de autópsia, exumação e sepultamento estabelecidas pela legislação estadual e federal em vigor.

Art. 3º O SERFI responsabilizar-se-á, de forma obrigatória, vedada a atividade privada, por todos os serviços funerários essenciais realizados no território do Município, assim considerados:

I - Administração de velórios e cemitérios;

II - Transporte de cadáveres;

III - Confecção e venda de caixões e urnas funerárias;

IV - O preparo e o acondicionamento do cadáver no caixão ou urna funerária.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

0
Art. 49 O SERVI realizará, por solicitação do responsável, permitida a atividade privada ou realização pelo interessado, os serviços funerários complementares, considerados a seguir:

I - A ornamentação do caixão ou urna funerária, do local do velório e do enterro;

II - Demais serviços atinentes, desde que não sejam considerados essenciais.

Art. 50 A remuneração dos serviços funerários essenciais será fixada e majorada por Decreto do Executivo, em conformidade com os custos verificados, e a remuneração dos serviços funerários complementares será efetivada em conformidade com os preços praticados no mercado.

Art. 60 - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer gratuitamente, correndo as despesas por conta do Município, os serviços funerários considerados essenciais, ao interessado que comprove:

I - Vínculo de parentesco, por consanguinidade/afinidade, ou, ainda, responsabilidade legal, com a pessoa falecida;

II - Renda familiar mensal igual ou inferior a cinco (05) salários mínimos, para tanto considerada a somatória das rendas auferidas pelas pessoas que habitam a residência do interessado, independentemente de vínculo de parentesco.

Parágrafo Único - O SERVI realizará os serviços funerários essenciais ao falecido indigente, correndo as despesas por conta do Município.

Art. 70 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com o I.N.S.S., ou órgão equivalente, para reembolso ou repasse de valor, ainda que em parte, relativo a despesas funerárias essenciais e complementares realizadas com pessoa segurada pela Previdência Social, nos termos da lei vigente.

Parágrafo Único O interessado que receber do Município isenção da tarifa de serviços funerários perderá em favor deste o direito ao reembolso que lhe for devido pela Previdência Social, se for o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

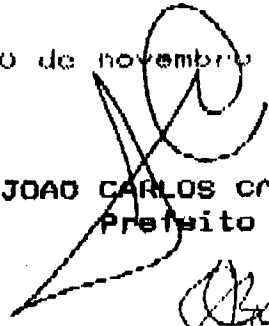
" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 8º O Poder Executivo expedirá Decreto para regulamentar a execução das normas estabelecidas pela presente Lei Complementar.

Art. 9º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 10 A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 30 de novembro de 1994


JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito


SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 30 de novembro de 1994.


JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete